

Political Freedom or Restriction? Decision to Outlaw the Communist Party in Brazil

Sidnei J. Munhoz*

Introdução

Ao final da II Guerra Mundial, a América Latina sofreu um rápido processo de transformação na configuração política da maioria dos seus governos. No Brasil, em outubro de 1945, após uma década e meia no poder, Getúlio Vargas foi deposto pelos mesmos militares que haviam articulado o golpe que instituiu a ditadura do “Estado Novo”¹. Seu sucessor, o general Eurico Gaspar Dutra, foi sufragado através do mais amplo processo eleitoral que o país havia experimentado, havendo participado do pleito cerca de quatro vezes mais eleitores do que na eleição presidencial precedente. A dimensão dos avanços em comparação ao processo eleitoral anterior pode ser claramente observada, quer em termos do crescimento populacional, quer em termos da proporção numérica de eleitores. Apesar da discrepância dos dados, enquanto em 1930 as urnas registraram a presença de apenas cerca de 10% da população adulta, no pleito de dezembro de 1945 os índices representavam cerca de 35%, num total de 7,5 milhões de eleitores, dos quais 50% mulheres². Além da dinâmica do crescimento demográfico ao longo do período em questão, é interessante atentar para os dispositivos da Lei Constitucional nº 9, que emendava a Carta de 1937 em artigos diretamente ligados ao processo eleitoral vindouro. Entre eles, merece destaque a confirmação do alistamento, como eleitores, dos maiores de dezoito anos, de ambos os sexos, e a restituição, aos oficiais das Forças Armadas, do direito ao voto³.

** Sidnei J. Munhoz Professor do Depto de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do IFCS-UFRJ (PPGHC), Pesquisador Associado do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IFCS-UFRJ) e Pesquisador do CNPq.

1 MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro FGV, 1991, principalmente p. 51-54.

2 LEVINE, Robert M. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, p. 113.

3 BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, Ian. Latin America between The Second World War and The Cold War. 1944-1948. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 55-56; GAWRYSZEWSKI, Alberto - A agonia de morar: urbanização e habitação na cidade do Rio de Janeiro (DF) - 1945/50". São Paulo: FFLCH/USP, Tese de doutoramento, 1996.

Na Argentina, aqui considerada como outro exemplo, em 1946, após um longo e conturbado processo, Juan Domingo Perón foi eleito presidente. A intervenção direta do embaixador estadunidense, Spruille Braden, na campanha contra a candidatura de Perón, gerou sérias tensões nas relações entre os dois países. A intromissão de Braden no processo de normalização constitucional da Argentina não deve ser vista como ato isolado no contexto latino. A pressão da diplomacia norte-americana foi uma constante no continente. Além disso, quando essas pressões não alcançavam os resultados esperados, os EUA partiam para ações mais agressivas, como por exemplo do no caso da Guatemala em 1954 ou em diversas outras intervenções norte-americanas ao longo do século XX. Perón enfrentou a pressão e conclamou o povo argentino a escolher “entre o porco do Braden ou o patriota Perón”⁴. Se, de um lado, o resultado das urnas representou a consagração de Perón, para os EUA significou uma derrota humilhante. Entre 1946 e 1947, Perón impôs ao país a hegemonia das forças que o apoiavam, e as forças do movimento operário, que agiam com independência frente ao governo, foram duramente reprimidas e conheceram sucessivos reveses⁵. Como conseqüência, foi atingida a almejada subordinação das organizações sindicais ao peronismo. Igualmente, é conveniente observar que, as mudanças na Constituição Argentina de 1949, ratificando os direitos políticos das mulheres e incorporando os cidadãos dos territórios nacionais, elevou o número de pessoas com direito ao voto a 8.623.640, dos quais 4.225.467 eram mulheres. Por sua vez, o apoio das mulheres foi importante para a restauração do processo constitucional em 1946 e crucial na sustentação do regime Peronista por mais de uma década em um país com uma história de golpes militares⁶.

Uma análise mais cuidadosa do processo em questão exige a discussão das particularidades dos países latinos, que contemplam um amplo leque de demandas, diferenciadas quer do ponto de vista econômico quer do político ou social. Os antagonismos dali resultantes colocam em cena, em particular, a organização e o revigoreamento de sindicatos, a militância política dos trabalhadores vinculados ao partido comunista e os propósitos nacionalistas que se contrapunham às investidas do capital

4 LaFEVER, Walter. *The American Age: U.S. Foreign Policy at home and abroad 1750 to the present*. New York: Norton, 1994, p. 488.

5 RAPOPORT, Mario. Argentina. In: BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, Ian. op. cit., p. 92-119, principalmente p. 116-119.

6 ZABALETA, Marta. O Partido Peronista das Mulheres: história, característica e conseqüências. (Argentina 1947-1955). *Diálogos*, v. 4, n.º 4, Maringá, 2000, p. 1-32.

norte-americano, em maior ou menor escala, indicando mesmo, nesse caso, a possibilidade da formação de pactos políticos para a defesa de interesses comuns. Contudo, o nosso propósito aqui está centrado na discussão da configuração política do estabelecimento dos novos governos e no reordenamento institucional no imediato pós-II Guerra Mundial, cenário em que se instauram políticas e práticas anticomunistas. Apesar das especificidades mencionadas, nota-se a existência de um padrão de semelhança em toda a região, que, grosso modo, pode ser expresso na seguinte equação: sob a influência do fim da guerra e do desmoronamento dos regimes autoritários na Europa, ocorreu na América Latina um redirecionamento dos regimes estabelecidos rumo à democracia formal.

Cumprir observar ainda, a esse respeito, as especificidades de cada um dos diferentes países latinos do continente, particularmente as associadas aos interesses das burguesias nacionais e da caserna, de modo relacional ao capital internacional nos respectivos projetos de desenvolvimento. Muitos mantiveram democracias formais, embora restritas, como o Brasil, a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Uruguai e o Chile. Outros, como o México, mantinham um sistema de partido único, contudo, com significativa base social e alguns mecanismos de participação democrática⁷.

Segundo Leslie Bethell e Ian Roxborough, a América Latina experimentou duas fases distintas naquele período. Na primeira, entre 1944 e 1946, com pequenas variações cronológicas, observou-se uma tendência de democratização da sociedade e uma mudança, ainda que efêmera, dos regimes em direção à esquerda, com inclinações nacionalistas e o fortalecimento das organizações de esquerda e da militância operária. No entanto, entre 1945 e 1947 manifestam-se sinais de reversão desse processo. Com a honrosa exceção da Guatemala, onde o regime democrático perdurou até 1954, nos demais países é possível afirmar que já em 1948 os sonhos de uma rápida democratização do continente haviam sido sepultados⁸. Para Peter H. Smith, ao final de 1954, mesmo com critérios de classificação bastante generosos, somente seria possível apontar a permanência

7 BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, I. op. cit., p.1-3; MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Diálogos- Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, vol 6, 2002, p. 39-57.

8 BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, I. op. cit., p.1-3. Veja também dos mesmos autores The impact of the Cold War in Latin America in: LEFFLER, M and PAINTER, D. Origins of the Cold War op. cit., p. 293-316.

de quatro regimes democráticos na América Latina: os do Uruguai, Costa Rica, Chile e Brasil⁹.

Os EUA e o controle da América Latina no imediato pós-II Guerra Mundial

Em decorrência da ruptura no interior da aliança que impôs a derrota às forças do Eixo durante a II Guerra Mundial e da emergência dos conflitos que deram origem à Guerra Fria, os EUA aceleraram a formação de alianças regionais. Naquele contexto histórico, os Estados Unidos afirmavam a premente necessidade de combater o expansionismo soviético e, ao mesmo tempo, impedir a proliferação do ideário comunista.

A Doutrina da contenção, elaborada por Kennan, definia como a maior ameaça soviética a sua capacidade de atração ideológica no interior dos países ocidentais e não o perigo de uma invasão militar. Do ponto de vista prático, essa estratégia possibilitava aos EUA as justificativas para intervir nas mais diversas regiões do globo em que os seus interesses estivessem em jogo¹⁰. Dessa forma, solidificou-se uma perspectiva em que problemas de alcance meramente regional, em qualquer área do planeta, pudessem ser considerados como uma ameaça à segurança do país¹¹. Para se compreender esta questão com maior abrangência convém atentar para o significado de Segurança Nacional no contexto da diplomacia norte-americana. Para os policymakers de Washington, a segurança nacional dos EUA era pensada em termos de correlação de poder. Poder era definido em termos de controle de recursos, infra-estrutura industrial e bases externas. Assim, a segurança do país residia na superioridade econômica e tecnológica sobre qualquer potencial adversário. Dessa forma, a noção de Segurança Nacional estadunidense possuía uma dimensão que podia ser considerada ameaçada, por eventos ou mudanças ocorridas em qualquer região do planeta.

Nesse contexto, a América Latina constituiu-se na primeira experiência de aliança de caráter regional após a II Guerra Mundial. É bastante plausível sustentar a idéia de que a ambigüidade da relação dos EUA com a América Latina, nesse momento, pode haver acelerado esse processo. Em outras palavras, ao final da guerra a grande preocupação dos governantes estadunidenses era com a reconstrução da Europa e a conformação de

9 SMITH, Peter H. *Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 130.

10 Munhoz, Sidnei J. *Verbete Contenção (doutrina da)* in: SILVA, Francisco C. Teixeira. *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX. As grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro Elsevier/Campus, 2004, p. 193-194.

11 LEFFLER, M. *The Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press, 1992, principalmente, p. 1-15.

instituições mundiais que espelhassem o modelo de desenvolvimento capitalista norte-americano. Em decorrência disso, o restante do continente abaixo do Rio Grande ficou em segundo plano. Contudo, era necessário assegurar o controle sobre essa região. Em consequência, a assinatura do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (Tiar), na Conferência do Rio de Janeiro, em 1947, tornou-se um imperativo.

É possível observar, entre os objetivos do **Tiar**, o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente que restringia a interferência de potências não-americanas na região¹². Assim, considerando-se o contexto inicial da Guerra Fria e o papel de liderança dos EUA, é possível compreender claramente o significado político do tratado, naquele momento histórico. Em Janeiro de 1948, John Foster Dulles, membro do Partido Republicano e conselheiro do Secretário de Estado George Marshall defendeu perante o comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA que se deveria criar um pacto regional dos países do ocidente da Europa nos moldes do Tiar¹³. Para o senador republicano Arthur Vanderberg, o Tiar mantinha integralmente os princípios da Doutrina Monroe¹⁴. Alguns autores vêem no Tiar o desenvolvimento de um modelo que se tornou referência para a política externa dos EUA, servindo inclusive de matriz para outros pactos regionais¹⁵e, principalmente, para a criação da Aliança do Tratado do Atlântico-Norte (Otan), em 1949. Nessa mesma direção, deve-se observar a mensagem enviada, em 05 de março do mesmo ano, pela Embaixada do Brasil em Washington, informando ao Ministério das Relações Exteriores que o New York Herald Tribune noticiou que “a França aceitou o Tratado do Rio de Janeiro como o melhor modelo para a elaboração de um pacto de aliança da Europa Ocidental”. Segundo a notícia, acrescenta o diplomata brasileiro que a Bélgica também já haveria se manifestado na mesma direção¹⁶. Gaddis Smith vê na política global norte-americana uma tentativa de espelhamento de sua política interna e ao mesmo tempo a transformação das suas políticas para o continente americano em estratégias globais. Assim, por exemplo, a Doutrina Truman estaria transformando a

12 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)- Pasta 389/ 1 /31 - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final.

13 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Pasta da Embaixada do Brasil em Washington 51-3-5 Cartas Telegramas. 900.1 (22). CT- 41.

14 GILDERHUS, Mark. The Second Century. U.S.-Latin American Relations since 1889. Wilmington: SR Books, 2000, p. 120.

15 CONNELL-SMITH, Gordon. Los Estados Unidos y la América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1977, p.226.

16 AHI - Pasta da Embaixada do Brasil em Washington 51-3-5 Cartas Telegramas. CT – 178.

Doutrina Monroe em uma política global¹⁷. A aprovação do Tiar e, posteriormente, a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) constituíram-se em importantes instrumentos de hegemonia estadunidense no continente americano. Do peso econômico, militar e político dos Estados Unidos deriva força suficiente para impor as suas decisões ao continente, valendo-se das instâncias decisórias então criadas e, dessa forma, conferindo à implementação da política externa norte-americana a aparência de um objetivo comum.

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência fascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. Todavia, é enganoso acreditar que a guinada autoritária no continente tenha sido uma derivação exclusiva do projeto de contenção estadunidense. No Brasil, podemos observar uma pesada influência da grande potência do Norte no processo de democratização ocorrido ao final da II Guerra Mundial e um rápido retorno das elites brasileiras às suas raízes autoritárias assim que ficaram evidentes os sinais de que o mundo experimentava um retrocesso democrático. Dessa forma, devemos considerar que o fechamento político ocorrido no Brasil, durante o governo Dutra, possui raízes tanto exógenas quanto endógenas.

Conforme indicado acima, a construção de um inimigo de dimensões mundiais, espelhado no espectro do comunismo, tornou-se um importante objetivo da política externa norte-americana que, dessa forma, poderia justificar a sua intervenção direta em diferentes áreas do planeta. Desde a posse de Truman houve o rápido abandono da política de boa vizinhança e a retomada da Doutrina Monroe, adaptada aos novos tempos e às necessidades do país. Durante o governo Truman, essas necessidades eram definidas pelo conceito de segurança nacional e pela percepção de ameaça à segurança do país¹⁸.

Na conferência de Bogotá, o próprio Secretário George C. Marshall manteve entendimentos com os chefes de diversas delegações, inclusive com a brasileira, para discutir as medidas a serem adotadas para combater o comunismo no hemisfério

17 SMITH, Gaddis. *The Last Years of the Monroe Doctrine, 1945-1993*. New York: Hill and Wang, 1994, p. 56.

18 Veja nota 11 deste capítulo.

ocidental¹⁹. Como resultado, em parte, dessas negociações e, em parte, do anticomunismo fortemente enraizado nos governos da região, ainda durante a conferência foi aprovada uma declaração condenando o comunismo²⁰.

Outro fator que pode haver contribuído para a medida foram os distúrbios ocorridos em Bogotá, durante a realização do evento. Na ocasião, foi assassinado o importante líder liberal colombiano Jorge Eliezer Gaitán e imediatamente eclodiram conflitos que se espalharam por toda a capital colombiana. Em decorrência, chegou-se a pensar inclusive na suspensão ou transferência do evento, contudo o secretário de estado dos EUA, general George C. Marshall, afirmou que isso seria uma derrota política perante o comunismo e decidiu manter o evento. Autoridades colombianas e membros da delegação estadunidense atribuíram os distúrbios a uma ação comunista para desacreditar a Conferência de Bogotá. Todavia, são muito fortes as evidências de que, de fato, os incidentes foram provocados por um sentimento de revolta pelo assassinato de Gaitán e que os comunistas não foram os promotores do Bogotazzo (nome atribuído aos distúrbios), embora pudessem haver se aproveitado do episódio. Essa análise é efetuada pelo próprio embaixador norte-americano em Bogotá Willard L. Beaulac quando manifestou a sua crença de que a reação na Colômbia foi espontânea e em massa, mas que os comunistas poderiam haver se aproveitado dela²¹.

Em 1948, com a criação da OEA, na conferência de Bogotá, foram consolidadas as estratégias de defesa hemisférica. A organização serviu para ampliar o domínio dos EUA sobre os países do continente e, ao mesmo tempo, fortalecer a sua hegemonia no chamado Hemisfério Ocidental²². Durante a II Guerra Mundial, os Estados Unidos aplicaram cerca de 450 milhões de dólares na região, na forma de *lend lease*. Desses recursos, pouco mais de três quartos foram destinados ao Brasil, que se constituía no parceiro mais próximo e que teve um maior envolvimento no conflito mundial²³.

O governo dos EUA pensava a América Latina como uma espécie de reserva a ser mantida sob rígido controle. Após a Guerra, o centro das atenções da política norte-americana, conforme já indicado anteriormente, era a Europa. Em decorrência, a demanda

19 AHI- Embaixada do Brasil em Washington . Pasta 51-3-5 Cartas Telegramas. 962. IX, CT 274. Veja também Aspectos da campanha anticomunista liderada pelos Estados Unidos. OESP 06/04/48, p.1.

20 AHI – Embaixada do Brasil em Washington. Pasta 51-3-5, Cartas Telegramas, 962.IX, CT 353.

21 Veja CONNELL-SMITH, Gordon. op. cit. 234.

22 ARMS, Thomas. Encyclopedia of The Cold War, op. cit., p. 446-447.

23 DAVIS, Sonny. A Brotherhood of Arms. Brazil-United States Military Relations, 1945-1977. Niwot: University Press of Colorado, 1996, p. 14-15.

dos governantes latino-americanos para a criação de um Plano Marshall para o continente foi ignorada. Em Bogotá, expressando a posição do seu governo, o general George C. Marshall afirmou que não havia recursos disponíveis para se atuar nas duas frentes e que sempre houvera um “Plano Marshall” para a América Latina. Afirmou ainda ser necessário reconhecer as diferenças entre a Europa, que havia sido devastada pela guerra, e a América Latina. Paralelamente, Marshall cobrava estreita vigilância em relação ao perigo comunista²⁴. Deve-se observar ainda que, pouco antes da Conferência do Rio de Janeiro, Truman havia se manifestado muito claramente a esse respeito. Para ele existia um plano para o Hemisfério Ocidental desde mais de um século atrás e esse plano era a Doutrina Monroe²⁵.

Como resultado dessa política, em 1950 a América Latina era a única região do mundo que não possuía um programa de ajuda norte-americano, com a exceção do *Point Four*, programa de assistência técnica, iniciado em 1949. Ainda nesse sentido, deve-se observar que entre 1945 e 1952 a América Latina em seu conjunto recebeu menor ajuda econômica do que a Bélgica e Luxemburgo²⁶. Um claro exemplo do papel destinado à América latina nesse contexto foi que na aprovação do Mutual Defense Assistance Act, em 1949, foram alocados recursos da ordem de 1,3 bilhões de dólares, sem que se previsse um centavo se quer para a região²⁷.

Durante a realização da Conferência de Bogotá foram anunciados investimentos de 500 milhões de dólares na América Latina, principalmente para financiar as atividades de importação e exportação. Isso estava muito aquém das demandas regionais²⁸. A comparação desse montante com aquele investido no Plano de Reconstrução da Europa demonstra o diminuto peso dado à região no imediato pós-guerra. As cifras oficiais indicam um aporte de 13,3 bilhões de dólares na Europa através do Plano Marshall. Há divergências quanto ao montante realmente empregado, sendo que alguns autores chegam a mencionar 17 bilhões de dólares.

A Carta da OEA foi aprovada proibindo expressamente, na cláusula número 15, a intervenção de qualquer nação nas questões internas ou externas de outra nação. Essa

24 CONNELL-SMITH, Gordon. Op.cit., p. 228-231.

25 CONNELL-SMITH, Gordon. Op. cit., p. 229.

26 BETHELL, Leslie and ROXBOROUGH, Ian. op. cit. p.22

27 SMITH, Peter H. Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations. New York: Oxford University Press, 1996, p.148

28 AHI- Pasta Washington 51-3-5. Cartas Telegramas. - 962.IX. CT 304. Conferência de Bogotá. 500 milhões para a América Latina; NOTAS e informações. OESP, 04/04/1948, p.3;

cláusula, que indicava o receio de ações unilaterais norte-americanas, sofreu objeção por parte dos EUA, mas acabou sendo aprovada²⁹. Os receios de uma possível intervenção norte-americana na região já haviam sido expressos na Conferência de Chapultepec, em 1945³⁰.

Na prática, foram desenvolvidos artifícios e meios para justificar ações que afrontavam o texto do tratado, como se deu nos casos do golpe militar na Guatemala, em 1954, e na invasão da Baía dos Porcos em Cuba, em 1961. Além disso, nas décadas seguintes ocorreram dezenas de operações secretas que desrespeitaram a soberania de nações latino-americanas.

O Brasil no contexto interamericano ao final da II Grande Guerra

Com a proximidade do fim do conflito mundial e com a balança do poder inclinando-se claramente em favor das forças aliadas, houve um movimento de proporções mundiais em direção ao reordenamento institucional dos regimes então vigentes. O Brasil não esteve indiferente a esse processo. Desde meados de 1944, Getúlio Vargas ofereceu indicadores de que o país rumaria decisivamente em direção à democracia, atendendo às pressões das potências que em breve comandariam os destinos do mundo.

O ditador brasileiro vislumbrava a emergência de uma nova ordem mundial conformada ao modelo norte-americano. Em decorrência, iniciou um processo de abertura que, de um lado, procurava ampliar a sua base de sustentação social através da aglutinação de um amplo leque de forças políticas dos mais diversos matizes e, de outro, atendia às demandas da nova ordem emergente. Assim, Vargas acreditava que o país pudesse desempenhar um papel de importante coadjuvante no processo de reestruturação da nova ordem mundial. O momento era de crucial importância para o país.

O Brasil necessitava de capitais externos para acelerar o seu processo de industrialização. A partir desse cenário, desde setembro de 1944, Vargas ofereceu indicadores de que o país iniciava o seu processo rumo à democratização ao anunciar a realização de eleições após o término da guerra. Em consonância com o novo cenário político, foi abolida a censura à imprensa. Em abril, foram estabelecidas relações diplomáticas com a União soviética³¹. No mesmo mês, foi concedida a anistia aos presos

29 LaFEBER, Walter. *The American Age*, op. cit, p. 487-491.

30 GREEN, David. *The Containment of Latin America. A History of the Myths and realities of the Good Neighbor Policy*. Chicago: Quadrangle books, 1971. p. 187.

31 As negociações para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países tiveram início em janeiro de 1944. SEGATTO et al. PCB. *Memória fotográfica*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.70.

políticos, através do Decreto Lei 7.474, porém foi restringido o retorno dos militares e funcionários públicos beneficiados por essa legislação aos postos anteriormente por eles ocupados³². O país experimentava um momento de efervescência social. Ex-presos políticos passaram a desempenhar um importante papel na tentativa de tornar o Brasil uma democracia. Em maio, o governo anunciou que em dezembro daquele ano seriam realizadas as eleições para a presidência da República e para o Congresso. Em 10 de novembro, através da Resolução nº 324/1945, do TSE, o PCB teve o seu registro definitivo aprovado.

Esse processo de transição política foi bastante conturbado, uma vez que setores da oposição suspeitavam que Vargas não tinha a intenção de abandonar o poder e que estivesse preparando algum golpe³³. Esses temores acabavam sendo alimentados pelo próprio Vargas, que em diferentes ocasiões adotava posturas bastante ambíguas. Conservadora e temerosa de mudanças estruturais, a oposição liberal receava possíveis reformas sociais. Nesse contexto, Vargas estimulou a mobilização popular em torno dessas bandeiras. Assim, o ditador procurou manter o movimento popular sob o seu controle e fortalecer a sua base de sustentação política.

Nesse contexto, surgiu o movimento queremista, que defendia a realização da Constituinte com Getúlio. A tese defendida pelos queremistas era que a Constituinte deveria anteceder as eleições presidenciais, evitando assim que o novo governo pudesse dispor da legislação autoritária fruto da exceção do Estado Novo. A oposição acreditava que o presidente estivesse por trás do movimento e que ele tinha por objetivo criar condições para postergar as eleições e, dessa forma, prolongar a sobrevivência da ditadura. A presença de membros da equipe de governo no movimento servia para corroborar essa tese. No entanto, deve-se observar que Vargas manteve distância do movimento queremista.

Os comunistas dividiram-se em relação ao apoio a Vargas. O grupo do CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), sob a liderança de Prestes, apoiava Vargas e o Comitê de Ação (CA) defendia a luta aberta contra o ditador. Prestes chegou a ser acusado de haver negociado a sua libertação em troca do apoio ao Ditador. Posteriormente, em discurso após a sua libertação, Prestes afirmou que a saída de Vargas poderia levar o país à guerra civil e que o caos daria novas esperanças aos fascistas e

32 SEGATO et al, op.cit, p. 75.

33 HILTON, Stanley. O Ditador e o embaixador. Getúlio Vargas e Adolf Berle Jr e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1987, principalmente p. 101-116.

reacionários³⁴. O crescimento do queremismo, adquirindo proporções de um movimento de massas, levou os EUA a acreditarem na possibilidade de estar sendo arquitetada no Brasil uma estratégia palaciana visando à permanência de Vargas no poder. Havia um duplo receio em relação ao que poderia acontecer no Brasil naquele momento histórico. De um lado, existia o temor de que Vargas pudesse, com o crescente apoio popular, estabelecer uma ditadura nacional-populista, contando com o apoio comunista, o que poderia inclusive significar o perigo de alguma penetração soviética no Brasil. De outro, receava-se um golpe militar seguido da aproximação com a Argentina e o fortalecimento do bloco peronista contra os Estados Unidos³⁵.

A pressão dos EUA para pôr fim à ditadura teve início de forma bastante moderada, mas ganhou nova dimensão e acabou gerando uma crise diplomática. Em 29 de setembro, ocorreu um incidente durante um almoço solene organizado pelo Sindicato dos Jornalistas, quando o embaixador norte-americano, Adolf Berle Jr., discursou defendendo a democratização do país e criticou qualquer alteração no processo eleitoral em andamento. A postura de Berle era uma expressão das transformações na política dos EUA, preocupados com a formação de um possível bloco nacionalista que pudesse confrontar os interesses norte-americanos na região. Deve-se inclusive observar que o discurso de Berle foi pronunciado alguns dias após o contato com Spruille Braden, que, após a crise com a Argentina, de volta para Washington, passou pelo Brasil, antes de assumir o posto de Sub-Secretário de Estado para os Assuntos da América Latina³⁶.

Nos meses que se sucederam ao final da II Guerra Mundial, aos poucos foram sendo erodidas as esperanças, até então existentes entre as lideranças governamentais brasileiras, de que o país receberia um tratamento de parceiro preferencial por parte dos EUA. Da mesma forma, nos anos seguintes foram desmoronando-se os sonhos de que o Brasil poderia desempenhar o papel de potência regional. Essas expectativas foram alimentadas pelo papel ocupado pelo país durante o conflito mundial.

O Brasil foi o principal parceiro dos aliados na América do Sul. Além disso, pode-se observar que, desde 1943, o país se alinhou de forma incondicional aos EUA e adotou uma política de facilitação da penetração norte-americana, culminando em um

34 Chilcote, Ronald H. Partido comunista Brasileiro. Conflito e integração. 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 95.

35 BETHELL, L. & HOXBOROUGH, I. Latin America between The Second World War and The Cold War. 1944-1948, p. 52-53.

36 GREEN, David. op. cit, p. 234-235.

processo de americanização do país. Para Frank McCann, quanto mais o país cedia aos desígnios do grande aliado, aparentemente mais respeito perdia. Assim, quando os EUA avaliaram que o Brasil havia se tornado um aliado incondicional, passaram a ceder muito menos às suas reivindicações³⁷.

O Governo Dutra e a democracia estrangulada

As expectativas de democratização do país sofreram duros golpes desde os primeiros momentos do governo Dutra. Objetivando o controle dos movimentos sociais, que se encontravam em um amplo processo de expansão desde o final da ditadura Vargas, já nos primeiros meses o governo eleito desencadeou uma intensa repressão político-social.

Dutra nunca foi um democrata, muito ao contrário, nutria enormes simpatias pelo regime de Hitler. Foi inclusive condecorado pelo governo alemão em 1939, quando o exército brasileiro adquiriu grande quantidade de equipamentos bélicos daquele país³⁸. Contudo, adaptou-se rapidamente à nova realidade quando Vargas abandonou a política oscilatória e rompeu relações com a Alemanha.

O cenário internacional estava transformando-se rapidamente. Os conflitos envolvendo os EUA e a URSS acentuavam-se dia a dia. Em decorrência, o inimigo temido não mais era configurado pelo fascismo, mas pelo comunismo. Nessa esteira, houve o recrudescimento de âmbito mundial no processo de democratização de países até então sob regimes ditatoriais. Isso teve reflexos em toda a América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Assim que se tornaram evidentes os sinais de mudança de posição dos Estados Unidos e que a sua ação objetivando conter qualquer presença soviética fora da sua área de influência se tornou visível, o governo Dutra encontrou justificativas para desencadear um intenso processo repressivo.

No Brasil, durante o ano de 1946 houve a intensificação das lutas sociais. Somente no primeiro semestre ocorreram mais de 70 greves de médio ou grande porte, mobilizando algumas das categorias mais organizadas do país, como, por exemplo, as dos portuários, metalúrgicos têxteis, bancários e eletricitários, provocando a paralisação de mais

37 McCANN, Frank D. Brazil, the United States, and the World War II: a Commentary. *Diplomatic History*, v3, n.1 (Winter 1979) p. 59-76.

38 Veja DENNIS, Frank L. Dutra's Visit here a Symbol of Mutual Linking and Respect *Washington Post*, Washington, May, 15, 1949, p. 2B. Fundação Getúlio Vargas (FGV)-CPDOC ED. Vp. 1949.05.06

de 100 mil trabalhadores³⁹. Nos grandes centros urbanos, o constante aumento no custo de vida provocado pela escalada inflacionária estimulou a emergência de um consistente movimento contra a carestia. Nesse cenário, as ruas de algumas das principais cidades brasileiras tornaram-se palco de manifestações, em que os trabalhadores expressavam das mais diversas formas os seus protestos contra a elevação dos preços, exigiam melhores salários e a solução dos graves problemas habitacionais e de transportes.

Dutra buscou, logo no início do seu governo, criar os mecanismos institucionais e legais para a repressão às organizações de esquerda e aos movimentos sindicais e populares. Nesse aspecto, discordo de Moisés Vinhas quando ele afirma que de 1945 a 1947 o país vive um período intenso exercício das liberdades democráticas. Vinhas afirma ainda que a situação começa a mudar em 1947 em decorrência dos novos rumos da política internacional. Entendo que desde os primeiros sinais de mudança no cenário internacional, o governo Dutra passou a utilizar-se de mecanismos autoritários para conter o processo rumo à democratização do país e conter a influência dos agrupamentos de esquerda⁴⁰. Assim, em dois de março de 1946, obteve da Assembléia Nacional Constituinte a aprovação da manutenção do texto da constituição autoritária de 1937 até à promulgação da nova carta.

Dando seqüência à escalada autoritária, embasado na constituição estadonovista, em 15 de março, através da promulgação do Decreto-Lei número 9.070, o governo instituiu mecanismos de repressão ao direito de greve. O autoritarismo do decreto, na prática, significou a proibição dos movimentos grevistas para as categorias mais importantes do país. Apesar disso, a classe trabalhadora, principalmente nos grandes centros urbanos, manteve a sua mobilização e o enfrentamento aos patrões e ao governo⁴¹. O PCB, desde o início da luta pela sua legalidade, ao fim da ditadura varguista, havia adotado uma linha mais conservadora e pregava a cooperação entre a classe trabalhadora e a burguesia, objetivando estimular o aumento da produtividade e propiciar as condições para a concorrência das empresas nacionais com as estrangeiras.

39 BETHELL, L. & HOXBOROUGH, I. Latin America between The Second World War and The Cold War. 1944-1948, p. 56-57.

40. VINHAS, Moisés. O partidão: a luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo:Hucitec, 1982, p. 93-94.

41 MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Maringá: Diálogos v.6, 2002, p.41-59, principalmente p. 48-52.

Essa linha foi adotada por outros partidos comunistas da América Latina⁴². Prestes chegou a afirmar que era preferível apertar a barriga e passar fome, do que fazer greves e criar agitações pois agitações e desordens naquela etapa histórica somente interessariam ao fascismo⁴³. Apesar disso, a repressão contra o partido intensificava-se dia a dia. Nesse contexto, decepcionados com a postura do partido, alguns setores da classe trabalhadora se distanciavam da agremiação, que muitas vezes se confrontava com os seus interesses imediatos de luta pela reposição salarial e, em conseqüência, por melhores condições de vida.

A estratégia do PCB era de longo prazo e, em grande parte, produto de uma análise do contexto político internacional. Ao final da II Guerra Mundial, a URSS, destroçada pela máquina de guerra alemã, mas ao mesmo tempo fortalecida pela vitória sobre os invasores, e detentora de um reconhecimento bastante amplo pelo papel desempenhado durante o conflito, buscava um acordo com as potências capitalistas que propiciasse ao país tempo e condições para a sua reconstrução. Em outras palavras, para a União Soviética, o momento era de reconstrução da “Pátria do socialismo” e, se necessário (como de fato ocorreu na Grécia e no Norte da Itália, apenas para ficar em alguns exemplos), seriam sacrificados os interesses do proletariado em outras regiões do planeta. Nesse contexto histórico, de 1944 a 1946, assistiu-se à busca de novas vias para o socialismo no Leste da Europa⁴⁴.

Prestes, desde que saiu da prisão, no ocaso do governo Vargas, entendia que para cumprir a sua missão, o partido deveria adotar o lema “ordem e tranqüilidade”. Para ele, com a vitória sobre o nazismo, o mundo havia entrado em uma nova época e era necessário dirigir a pátria pelo caminho do progresso:

Esta a nossa tarefa atual e urgente. Para levá-la a bom termo, de maneira ordeira e pacífica, é que precisamos da união mais firme de todo o nosso povo, dos patriotas, dos democratas e progressistas de todas as classes. Contra uma unidade tão ampla só poderá ficar uma minoria reacionária e fascista que ainda espera conseguir deter a avalanche democrática com golpes de estado e guerra civil. Todos juntos, porém, operários e patrões progressistas, camponeses e

42 CHILCOTE, R. op. cit, 103-104

43. Discurso de Prestes em um comício realizado em 26 de novembro de 1945, citado por VINHAS, Moisés. Op. cit, p. 92.

44 Um debate sobre o tema pode ser encontrado em SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947; OPAT, Jaroslav. Do antifascismo aos “socialismos reais”: as democracias populares. In: HOBBSAWM, Eric (org). História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 10, p. 129-212 e 213-250, respectivamente.

*fazendeiros democratas, intelectuais e militares haveremos de vencê-la, dirigir a nossa pátria pelo caminho do progresso e salvar nosso povo do aniquilamento físico, do atraso cultural e da decadência moral que o ameaça*⁴⁵

Prestes acreditava, em meados de 1945, que a velha estrutura estava desmoronando e que o processo de democratização era irreversível. Isso tudo era fruto da euforia que tomava conta dos setores progressistas da sociedade perante as transformações então em curso. No entanto, nos anos seguintes os sinais do crepúsculo da primavera democrática se faziam presentes nas mais diferentes regiões do planeta. Na Grécia os comunistas foram massacrados por bombardeios ingleses, sob o silêncio de Stalin, que ainda esperava um possível acordo com os anglo-americanos; na Itália e na França os comunistas foram expulsos do governo; no Leste da Europa houve um endurecimento brutal e as “novas vias para o socialismo” sucumbiram ao modelo soviético, abatendo-se sobre a região um intenso processo repressivo. Esses reflexos se faziam sentir também aqui. O Brasil vivia um paradoxo. Havia assistido à gradual conquista de espaços democráticos ao final da ditadura e agora assistia ao rápido endurecimento daquilo que, em tese, deveria ser um regime democrático.

No governo, além da inquietação com a crescente organização da classe trabalhadora, ganhava corpo a apreensão com a contínua mobilização do funcionalismo público e com o aumento da influência comunista no setor. Em decorrência, no mês de maio de 1946, foram adotadas medidas repressivas, visando coibir a agitação e estabelecer um maior controle sobre o funcionalismo. No entanto, mesmo antes desse período, já havia se iniciado a repressão a possíveis funcionários públicos vinculados ao PCB.

Ainda em de maio de 1946, no dia 23, uma manifestação organizada pelo PCB no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, foi duramente reprimida. A ação policial deixou como saldo uma morta (Zélia Magalhães), dezenas de feridos e cinquenta prisões⁴⁶.

O Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), criado em abril de 1945 por importantes lideranças comunistas, sofreu constante repressão desde o início do governo Dutra. Em maio de 1946 foi proibido seu funcionamento, decretada a intervenção em entidades a ele vinculadas e suspensas as suas eleições sindicais. Dezenas de lideranças foram presas.

45 MORAES, Dênis de ; Viana, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 105-106.

46 SEGATTO et al, op. cit, p. 82. SEGATTO op. cit, p.58. A chacina do Largo da Carioca, p. 3-11, 1946, transcrito em CARONE,Edgard. A quarta república (1945-1964). São Paulo: Difel, p. 11-19.

Para alguns autores, o país estava sob um “estado de sítio branco”⁴⁷. Após a dura repressão sobre o movimento sindical, o governo, acreditando ter o controle sobre a situação, permitiu a realização, em 11 de setembro desse ano, do Congresso Nacional dos Trabalhadores, que se realizou em São Januário (estádio do Vasco da Gama), no Rio de Janeiro. No entanto, como cada sindicato podia enviar dois delegados, um indicado pela diretoria e outro escolhido em assembléia geral, uma aliança informal entre comunistas e independentes assegurou-lhes o controle do processo. De forma geral, esse agrupamento defendia os princípios básicos que haviam norteado a criação do MUT. Dentre esses pontos destacavam-se a autonomia sindical, o direito irrestrito à greve, a fundação de uma confederação dos trabalhadores e a sua filiação à Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL) e à World Federation of Trade-Unions (WFTU).

No dia 21, cerca de 200 dos 1500 participantes retiraram-se do congresso, alegando que ele estava sob controle comunista. Apesar da cisão, o evento teve continuidade e aprovou a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O governo nunca reconheceu a legalidade da CTB e a Carta Constitucional promulgada em setembro incorporava o espírito das leis trabalhistas edificadas durante o Estado Novo, restringindo a autonomia sindical, a livre negociação, o direito irrestrito à greve e outras bandeiras do movimento sindical⁴⁸.

O processo repressivo iniciado em 1946 adquiriu maior virulência no transcorrer do ano seguinte. A repressão política não atingiu apenas o PCB. Outros agrupamentos de esquerda, as entidades sindicais e os movimentos sociais também se tornaram alvos privilegiados da coação governamental. Até mesmo os opositores conservadores foram atingidos pela sanha repressora do regime.

A UDN denunciou com freqüência a violação de direitos constitucionais e a repressão aos membros e às manifestações do partido. Em janeiro de 1947, o presidente da agremiação relatou à imprensa diversos atos de violência e perseguição política contra o partido e pediu aos diretórios municipais que denunciasses essas ocorrências⁴⁹. No dia nove do mesmo mês, o deputado da UDN José Augusto denunciou as perseguições contra membros do partido, no Rio Grande do Norte. Alguns dias depois, o mesmo deputado acusou o presidente Dutra de conivência com o quadro de violência reinante naquele

47BETHEL, Leslie. Brazil in: BETHEL, Leslie ; Roxborough, Ian op. cit, p. 58.

48 BETHEL, Leslie. Brazil in: BETHEL, Leslie ; Roxborough, Ian op. cit, p. 58-60.

49 Reclamações contra violências policiais. OESP, 04/01/47 p.8.

estado⁵⁰. Uma semana depois, o Tribunal Eleitoral da Paraíba comunicou ao TSE haver recebido denúncias de violências contra membros daquela agremiação política⁵¹.

A coerção aos movimentos sociais foi se dando num crescente. Em meados de janeiro um comício organizado no Rio de Janeiro pela União Sindical foi impedido pela polícia de se realizar⁵². Na mesma época, uma manifestação estudantil foi dispersada no Largo São Francisco, em São Paulo⁵³. Assim, dia a dia, as diferentes formas de expressão da sociedade civil organizada foram sendo cerceadas, em clara violação aos preceitos constitucionais estabelecidos pela Carta Magna promulgada em setembro de 1946. Em paralelo, desde o início de 1946, foi sendo articulado um processo objetivando colocar o PCB na ilegalidade. Segato afirma que já em março de 1946, um documento da embaixada norte-americana no Brasil relatava que havia colhido informações de que já havia sido preparado um decreto tornando o PCB ilegal. Informava ainda que já estavam sendo tomados os preparativos para prender as lideranças do partido assim que o decreto fosse assinado. Além disso, em 23 de março os deputados Barreto Pinto e Himalaia Virgulino solicitam ao TSE a cassação do registro do PCB⁵⁴.

A estrutura do argumento arquitetado para cassar o registro do PCB se baseava na caracterização do partido como uma organização de caráter internacional, subordinada aos interesses de uma potência estrangeira, a União Soviética; que em caso de guerra com a URSS, os comunistas brasileiros ficariam contra o Brasil; que o PCB era antibrasileiro e exercia uma ação nefasta ao país, insuflando a luta de classes, fomentando greves e outras agitações para criar um ambiente de desordem e confusão e para, finalmente, instaurar uma ditadura totalitária no país. Na versão de Leôncio Basbaum, no início de 1947, o PCB foi acusado na Câmara de receber dinheiro de Moscou e em consequência foi instituída uma comissão para periciar a contabilidade do Partido. Sua sede na Rua da Glória foi visitada por um funcionário da Polícia que foi recebido pelo tesoureiro (o próprio Basbaum). Segundo o último, nada de errado foi constatado na contabilidade. Contudo, o funcionário encontrou sobre a mesa um exemplar dos estatutos do Partido e constatou que a versão divergia dos estatutos legalmente registrados, o que, segundo Basbaum, na realidade servira

50 Novo protesto contra violências no Rio Grande do Norte. OESP, 09\01\47 p. 3. Veja também Carnificina ao norte. OESP, 11/01/1947

51 Graves ocorrências na Paraíba e em Alagoas. OESP, 16\01\47 p.5.

52 Comício sindical dissolvido pela polícia. OESP, 16/01/1947, p.3.

53 Protesto de Estudantes. OESP, 17/01/1947, p. 3.

54 SEGATTO, op. cit.p. 57-58.

meramente para cumprir uma formalidade do tribunal Eleitoral. Para Basbaum, esse foi o pretexto utilizado para colocar o PCB na ilegalidade⁵⁵.

Prestes rememora esses momentos afirmando que o pretexto para a campanha contra a legalidade do partido surgira em um debate na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro, em março de 1946. Na ocasião, segundo Prestes, ele havia sido indagado sobre qual posição o PCB tomaria em caso de uma guerra do Brasil com a União Soviética. Em resposta, o dirigente comunista afirma haver dito que condenaria o ato criminoso e o governo que levasse o povo a uma guerra imperialista. Para Prestes, daí se criou uma versão em que ele haveria respondido categoricamente que ficaria ao lado da União Soviética. Questão semelhante haveria sido efetuada por Juracy Magalhães, ainda em março de 1946, e a resposta dada por Prestes foi que os comunistas seriam contra a guerra⁵⁶.

Em 15 de abril, a Juventude Comunista foi suspensa por um período de seis meses⁵⁷. No dia 07 de maio, o PCB foi posto na ilegalidade, através da cassação do seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵⁸. Os comunistas que pouco antes haviam saído da ilegalidade, contavam com um extenso apoio e legitimidade popular. As suas organizações de base cresciam em ritmo acelerado por todo o país e os diversos periódicos que o partido mantinha nas principais capitais estaduais e em outras cidades de médio e grande porte atingiam tiragens invejáveis. O partido havia obtido marcante votação nas eleições de 1945 e 1947, ao conquistar aproximadamente 10% dos votos para presidente da República, eleger um senador e expressivas bancadas nas assembléias legislativas, na Câmara dos Deputados e nas câmaras municipais das principais cidades.

O vultoso crescimento do apoio popular ao PCB refletia-se na incorporação de novos militantes e na ampliação do número de ativistas que se aproximavam do partido nas mais diversas regiões. Na época, o partido proclamava haver atingido 200 mil filiados, tornando-se o maior partido comunista da América Latina. Pode ser que haja uma superestimação desse número, mas, de qualquer forma, deve-se reconhecer que o partido

55 BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 202.

56 MORAES, Dênis de ; Viana, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 115-116.

57 DECRETO Nº 22.938, DE 15 DE ABRIL DE 1947. Veja também Suspensão do funcionamento da União da Juventude Comunista. OESP, 16/04/47, P. 3; O fechamento da Juventude Comunista. OESP, 18/04/47, p. 3.

58 Cancelamento do registro do PCB. Resolução no 1.841, do TSE (7 maio 1947); O TSE decidiu por 3 votos contra 2 cancelar o registro do PC. OESP, 08/05/47 p. 3 e 5; O julgamento do processo de fechamento DO PC. OESP, 08/05/47 p. 3 a 5.

experimentou um enorme crescimento dos seus quadros. Bethel faz referência a 180 mil e Prestes em entrevista, na década de 1980, afirma que o partido possuía mais de 150 mil militantes⁵⁹.

A cassação do partido comunista gerou protestos inclusive de setores conservadores da sociedade. O “Correio da Manhã” afirmou que, na data do segundo aniversário da vitória das Nações Unidas contra o nazifascismo, o Brasil, que também havia participado dessa vitória, havia tomado um estranho rumo. Segundo o jornal,

(...)a democracia resolveu mutilar-se a si mesma, excluindo de seu seio um partido político, até então reconhecido como legítimo e legal. Desde ontem, já não está intacto o nosso sistema democrático, pois qualquer gesto de exclusão ou intolerância contra uma corrente de opinião pública, organizada em partido, significa um golpe contra o próprio sistema⁶⁰

Ainda para esse jornal, a votação no Tribunal Superior Eleitoral, onde a cassação foi decidida por três votos a dois, reflete a perplexidade e a indecisão em que se viu colocada a justiça em relação a um problema muito mais de caráter político que jurídico. Em seguida, como que antecipando o que estava por vir, o jornal apontou para problemas futuros que poderiam agravar ainda mais a situação, levando o país a romper as fronteiras que separam a legalidade da ilegalidade, entre a ordem e a desordem

O Partido comunista dispõe de bancadas na Câmara e no Senado: e não há nenhum dispositivo constitucional que autorize a cassação de mandatos. O Partido Comunista dispõe de alguns jornais: e não há em que se apóie o governo para fechá-los⁶¹

A decisão do TSE de fechar o PC já era esperada. Havia dias eram conhecidos os votos de 3 juizes. As opiniões dos três juizes que votaram pela cassação circulavam pelos bastidores do governo. A própria Presidência da República empenhou-se para a aprovação da medida. Ainda, segundo o noticiado pelo “O estado de São Paulo”, um vespertino que foi às bancas às 15h anunciou o resultado, quando os juizes ainda não haviam consumado a decisão⁶².

É possível observar constantes críticas ao PCB tanto no “O Estado de São Paulo” quanto no “Correio da Manhã”, mas ao mesmo tempo a defesa do direito de existência do partido. A decisão de colocar o PCB na ilegalidade conquistou apoio nos

59 CHILCOTE, R. op. cit, p. 102. Veja BETHEL, op. cit. P. 61 e MORAES, Dênis de ; Viana, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 118.

60 “A situação Brasileira”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 08/05/1947, p. 4.

61 “A situação Brasileira”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 08/05/1947, p. 4.

62 O TSE decidiu por 3 votos contra 2 cancelar o registro do PC. OESP, 08/05/47 p. 3 e 5.

setores mais reacionários da sociedade, contudo foi criticada por um amplo leque de forças, que ia da esquerda à direita. Foi possível observar mesmo um anticomunista como Carlos Lacerda condenar com veemência a medida e recomendar a atenção para que não se permitisse a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, nem se tolerasse qualquer medida que viesse a restringir a liberdade de imprensa⁶³.

Há opiniões divergentes quanto à influência do governo norte-americano na decisão de cassar o registro do PCB. De um lado, em 1948, Truman manifestou-se contrário a que se colocasse nos Estados Unidos o Partido Comunista na ilegalidade, alegando que (nos EUA) existiam leis repressivas “contra pessoas que tentam depor o governo”. Além disso teria afirmado que tornar ilegal um partido político seria contrário aos princípios americanos⁶⁴.

Nos EUA, havia nessa época um intenso debate sobre o tema. Personalidades importantes da política norte-americana, como Harold Stassen, manifestaram-se no sentido de que o país deveria convidar outros membros da ONU para agir coletivamente contra a ameaça comunista. Para ele, dever-se ia inclusive colocar as organizações comunistas na ilegalidade⁶⁵. Além disso, o projeto Mundt, aprovado no Congresso e vetado por Truman, estabelecia um rigoroso controle sobre as organizações comunistas. Posteriormente, O senador Pat McCarran encaminhou um novo projeto em que retomava muito da proposta de Mundt. O projeto foi aprovado, Truman o vetou, porém seu veto foi derrubado pelo Congresso. O projeto McCarran tornou-se o *Internal Security Act*, que estabelecia o direito do Departamento de Estado de impedir a entrada no país ou deportar estrangeiros que possuíssem vinculação com organizações suspeitas de serem comunistas. Além disso, o Internal Security Act criminalizava a sedição, criava mecanismos rígidos de controle contra a espionagem e previa inclusive a construção de campos de concentração para deter suspeitos de subversão. É importante lembrar que, já em 1947, McCarran apresentou uma emenda legislativa que permitia ao governo demitir servidores públicos acusados de pertencerem ao Partido Comunista⁶⁶. De outro lado, o número de

63 LACERDA, Carlos. Governo Fecha-fecha. Correio da Manhã, 09/05/1947, p. 2.

64 AHI. Pasta 51-3-5. 600.1 (22). Carta Telegrama da Embaixada do Brasil em Washington, endereçada ao Ministério das Relações Exteriores, datada de 14 de maio de 1948.

65 AHI- Embaixada do Brasil. Washington. Pasta 51-3-5. Cartas Telegramas. 600.1 (22). CT 357.

66 Verbete Patrick McCarran in: . ARMS, Thomaz. Encyclopedia of the Cold War. New York: Facts on file, 1994, p. 386-87; AHI. Embaixada do Brasil. Washington. Pasta 51-3-5, CT 02/06/1948. Public papers of the Presidents. Harry S. Truman, Statement by the President on the Republican Position on Immigration. October 20, 1952 <http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=2266&st=immigration&st1> ; The President's

países latino-americanos que colocaram os partidos comunistas na ilegalidade em 1947 e nos anos seguintes corrobora a tese de que houve uma ação coordenada nesse sentido e, efetivamente, quem possuía hegemonia para isso eram os EUA.

Em paralelo, na mesma data em que o PCB foi posto na ilegalidade, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), as Uniões Sindicais e outras organizações similares foram suspensas por seis meses⁶⁷. Essas organizações eram acusadas de serem controladas pelos comunistas, de funcionarem como organismos de cooptação e de buscarem desestabilizar a ordem vigente.

O decreto que destituiu essas direções instituiu juntas governativas, indicadas pelo Ministério do Trabalho, em todos aqueles sindicatos que contribuíram financeiramente ou se filiaram às entidades suspensas⁶⁸. Com base nesse decreto, no mesmo dia, 14 sindicatos sofreram intervenção governamental. Nos dias que se seguiram, dezenas de entidades foram duramente reprimidas e tiveram as suas lideranças presas. No total, ocorreram 143 intervenções, representando 15,15% de todas as entidades sindicais reconhecidas pelo governo⁶⁹.

O PCB recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), a quem solicitou anular a decisão que colocava o partido na ilegalidade, uma vez que considerava a medida inconstitucional. Luís Carlos Prestes enviou um telegrama às direções regionais do partido, solicitando que acatassem a decisão até o julgamento do recurso pelo STF⁷⁰. Com a intensificação da repressão, o PCB passou a atacar diretamente o presidente da República e a exigir a sua renúncia. Na Câmara dos deputados a proposta foi feita por Maurício

News Conference of September 7, 1950, <http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=867&st=&st1>; Letter to the Chairman, Committee on the Judiciary, on the Commission on Internal Security and Individual Rights. May 12, 1951 <http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=316&st=Letter+to+the+Chairman&st1> (acesso em 30/04/2005).

67 DECRETO Nº 23.046, de 07 DE maio DE 1947. Veja também “O Funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil”. OESP, 08/05/1947, p.5.

68 DECRETO Nº 23.046, de 07 DE maio DE 1947; GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios – 1945/50*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das culturas, 2002, p. 43.; BANDEIRA, Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)* Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978, p. 311-312. CHILCOTE, R. op. cit, p. 101.

69 O FUNCIONAMENTO da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. OESP, 08/05/1947, p.5; CHILCOTE, R. op. cit, p.100-101. SEGATTO, op. cit, menciona a intervenção em 400 sindicatos até o final do governo Dutra.

70 O MOMENTO POLÍTICO. Um telegrama do senador Luis Carlos Prestes aos organismos do PCB. OESP, 08/05/1947, p.5.

Grabois, num discurso melancólico, num tom de oração fúnebre, enquanto que os deputados situacionistas sorriam entre si. Segundo Basbaum, ninguém respondeu ao discurso, sequer para defender o Presidente⁷¹. O *Correio da Manhã*, que havia se postado como um dos poucos órgãos da chamada grande imprensa a defender a legalidade do PCB, criticou duramente tal atitude⁷². No dia 16 de maio, Prestes discursou no Senado exigindo a renúncia de Dutra. Nesse mesmo dia, o deputado Afonso de Carvalho apresentou uma proposta de cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. A proposta foi transformada em projeto de lei pelo deputado Ivo de Aquino, do PSD.

Imediatamente após o PCB ser posto na ilegalidade, muitas de suas sedes foram invadidas, documentos foram confiscados, militantes foram destratados, agredidos ou aprisionados. Prestes, ao recordar o período, afirma que no Rio foram fechadas cerca de 600 células do partido, em São Paulo, 361 células, 22 núcleos distritais e 102 comitês e, em Porto Alegre, 123 comitês⁷³. Pode haver uma superestimação desses dados, contudo a repressão foi bastante intensa e atingiu as mais diversas regiões do país.

Em julho de 1947, o governo enviou à Câmara Federal um projeto de lei que restringia as liberdades públicas, censurava a imprensa e atacava a estabilidade do funcionalismo e dos trabalhadores do setor privado. O autoritarismo do projeto original era tão acentuado que foi noticiado pelo conservador “O Estado de S. Paulo” como “golpe na constituição”. O jornal ainda atacou o projeto de lei caracterizando-o como fascista⁷⁴. O “Correio da Manhã” e outros jornais também criticaram a medida.

Em 1948, o Comitê Central do PCB divulgou o “Manifesto de Janeiro”, quando foi efetuada uma autocrítica em relação à política do partido durante o período da legalidade. No documento o partido considerou que havia adotado uma política de

*sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e de uma aliança com a 'burguesia progressista', assim como pela sua pouca atenção às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio*⁷⁵

71 SEGATTO et al. op. cit, p. 88. BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seus tempos (memórias). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 203.

72 ESTÁ errado. *Correio da Manhã*, 22/05/1947, p.4. Veja também artigo publicado por Carlos Dávila. *Insensatez*. *Correio da Manhã*, 27/05/1947.

73 MORAES, Dênis de ; VIANA, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p.118.

74 GOLPE na Constituição. OESP, 23/07/1947, p. 5. Veja também A NOVA lei de segurança. OESP, 24/07/1947, P. 05.

75 SEGATTO et al, op. cit, p. 94.

Daí em diante o partido procurou desenvolver uma política de penetração em outros partidos, ao mesmo tempo em que mantinha uma estrutura partidária clandestina. Muitos militantes foram presos, outros caíram na clandestinidade, mas o partido, de uma forma ou de outra, continuava a influenciar a vida nacional.

O PCB continuou, mesmo na ilegalidade, a manter uma considerável imprensa partidária, com a circulação de jornais diários, semanários e outros periódicos. O partido organizou no Brasil a “luta pela paz”, sob a orientação do Cominform. A “Luta pela paz” ocorria no contexto da Guerra Fria e tinha por objetivo criar mobilizações de massa nas mais diferentes regiões do planeta, atacando a corrida nuclear e responsabilizando a ação imperialista norte-americana pelo conflito.

Em 1951, já no segundo governo Vargas, o PCB foi uma peça-chave na campanha contra a participação do Brasil na Guerra da Coréia. No ano seguinte, o partido mobilizou-se no sentido de impedir a realização do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Em paralelo, participou ativamente na campanha “O Petróleo é Nosso”. O PCB desempenhou ainda um papel de direção na “Greve dos 300 mil”, ocorrida na cidade de São Paulo, em 1953. Para José Álvaro Moisés a greve foi pontilhada de ações espontâneas e havia uma disposição de dar continuidade ao movimento. No entanto, a direção da greve, composta por militantes do PCB decidiu por um acordo, que significou uma vitória parcial, mas, ao mesmo tempo, limitou as expectativas indicadas anteriormente pelas próprias lideranças do movimento⁷⁶.

Essa foi uma das maiores greves da história do país. Ao mesmo tempo o partido estava envolvido com a luta contra a carestia que envolveu milhares de manifestantes nos principais centros urbanos do país. Na década de 1950, o PCB teve ainda uma importante participação na organização das lutas dos trabalhadores do campo. Entre os principais eventos em que os comunistas tiveram presença marcante estão os movimentos de Trombas e Formoso, ambos ocorridos no Estado de Goiás, entre as décadas de 1940 e 1960, e o de Porecatu, acontecido no Paraná entre 1947 e 1951⁷⁷. Além disso, os comunistas impulsionaram a criação de muitos sindicatos de trabalhadores rurais.

76 MOISÉS, José Álvaro. Greve de massa e crise política (Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54). São Paulo: Polis, 1978, p.93-94.

77 Para um estudo detalhado sobre os conflitos em Porecatú, veja PRIORI, Angelo. A Revolta camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Assis, 2000. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

No entanto, jamais voltou a ser o partido de massas em que estava se transformando entre 1945 e 1947.

Repressão e controle dos movimentos sociais

Mesmo atividades multipartidárias, como a ocorrida em 22 de agosto de 1947, em comemoração ao quinto aniversário da entrada do Brasil na guerra, foram dissolvidas pela polícia. Nesse caso, forças policiais chegaram a disparar contra a multidão⁷⁸. Uma manifestação para comemorar o primeiro aniversário da nova Constituição, organizada pela Liga de Defesa Nacional⁷⁹, ocorrida no dia 18 de setembro, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, contando com a participação de parlamentares, membros da imprensa e mesmo representantes das autoridades governamentais, foi duramente reprimida pela polícia política, quando um orador criticava a nova Lei de Segurança Nacional⁸⁰. No final de outubro, deputados comunistas foram presos em Alagoas, acusados de estarem tentando libertar presos à mão armada. O Diário do Povo, órgão oficial da UDN, que noticiou o caso tecendo críticas à polícia, teve a sua sede invadida, os seus impressores detidos e a edição apreendida⁸¹.

Conforme os debates relativos ao projeto de lei que determinava a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas ganhavam magnitude e começavam a envolver os setores populares, através da organização de protestos, da coleta de assinaturas contra a possível decisão e de outras estratégias de embate, a repressão contra os militantes comunistas tornava-se mais intensa. No início de novembro de 1947, diversos militantes comunistas foram presos por distribuírem boletins no Rio de Janeiro⁸². No dia 23 daquele mês, uma manifestação convocada para comemorar a vitória do prefeito de Santo André, eleito pelo Partido Social Trabalhista, e para protestar contra o projeto de lei propondo a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, foi impedida de se realizar. No dia seguinte, outro protesto contra a cassação, realizado na cidade de Santos, foi brutalmente reprimido pela polícia. O fato gerou protestos por parte dos comunistas na Assembléia

78 DISSOLVIDO violentamente um comício no Rio. OESP, 23/08/1947, p.2.

79 A Liga de Defesa Nacional era uma entidade legal e patriótica que havia sido fundada por Olavo Bilac e outros nacionalistas, no entanto, o PCB mantinha relações amistosas com ela. CHILCOTE, R. Partido Comunista Brasileiro; conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.89.

80 Comemoração do primeiro aniversário da constituição. OESP, 19/09/1947, p. 5. Veja também OLIVEIRA, Rafael C. de. Como se comemorou a Constituição. OESP, 20/09/1947, p. 3

81 Violências em Alagoas. OESP, 28/10/1947, p.3.

82 Prisão de comunistas no Rio. OESP, 09/11/1947.

Legislativa, quando parlamentares informaram que também eles haviam sido espancados e sua imunidade parlamentar fora desrespeitada⁸³.

No dia 26 seguinte, fato semelhante repetiu-se, em São Paulo, quando alguns militantes comunistas liderados por dois deputados daquela agremiação, Roque Trevisan e Lourival Vilar, instalaram na Praça Patriarca uma mesa coletora de assinaturas contra a cassação dos mandatos dos deputados do PCB. Na ocasião, eles foram arbitrariamente detidos e deixados incomunicáveis por algumas horas. O deputado Lourival Vilar, em discurso na Assembléia Legislativa, informou haver o delegado se recusado a apresentar qualquer identificação e que, ao invocar a Constituição, teria ouvido da autoridade que ela não tomava conhecimento de constituição alguma⁸⁴. Houve na casa legislativa manifestações de apoio aos comunistas por parte de diversos parlamentares e da liderança da UDN, que denunciaram o desrespeito ao artigo 12 da Constituição Estadual. Em paralelo, membros do PRP defenderam a repressão e acusaram os parlamentares detidos de estarem fazendo agitação. O PSD era o principal interessado na cassação, uma vez que teria ampliada a sua bancada, ocupando as vagas dos comunistas, com quem se haviam coligado nas últimas eleições.

Na mesma época, uma manifestação contra a cassação dos mandatos comunistas, realizada em frente ao Palácio Nove de Julho, sede do Governo de São Paulo, foi tumultuada pela polícia. A Comissão Executiva da UDN aprovou uma moção onde condenava a ação da polícia e a responsabilizava pelos tumultos e agressões a cidadãos que estavam se manifestando de forma ordeira e dentro da lei⁸⁵. Em dezembro, a Polícia de Ordem Política e Social proibiu a realização de manifestação pública solicitada por vereadores do Partido Social Trabalhista⁸⁶.

Objetivando ganhar apoio para a ação de repressão e controle social, o Ministro do Trabalho reuniu-se, no dia 25 de novembro, com as principais lideranças sindicais que davam apoio ao governo. Participaram da reunião, além de diretores sindicais, os membros das juntas governativas impostas às entidades sob intervenção governamental.

83 Comícios dissolvidos pela polícia no interior. Violentamente impedida, em Santos, uma manifestação de protesto contra a cassação de mandatos – Proibida uma passeata em Santo André – Também em Campos foi interrompido um “meeting” de elementos comunista. OESP, 25/11/1947, p.3. Brutalidades cometidas pela polícia em Santos. OESP, 27/11/1947, p.4.

84 Agitação e debates sobre a prisão de dois deputados comunista. Como se verificou a prisão. Violentos ataques aos comunistas. OESP, 28/11/1947, p.4.

85 Graves acontecimentos desenrolados em frente ao Palácio Nove de Julho. Digno protesto da UDN contra as desordens e violências praticadas pelos agentes do governo do Estado. OESP, 03/12/1947, P.4.

86 Negada permissão para a realização de novos comícios. OESP, 03/12/1947, P.4.

Na ocasião, foram discutidas as estratégias para a expulsão dos comunistas dessas entidades, além da organização de atividades anticomunistas⁸⁷.

Como é possível observar, a estratégia governamental não se baseava apenas na repressão policial. Previa também a cooptação de lideranças, em contrapeso à discriminação e à exclusão daquelas indesejáveis nas respectivas entidades de classe. Em decorrência, sindicatos sob intervenção ou com orientação anticomunista começaram a excluir do seu quadro de associados membros acusados de serem comunistas. Uma notícia veiculada no “O Estado de São Paulo” informa que somente o Sindicato dos Metalúrgicos haveria eliminado, em novembro de 1947, cerca de 900 comunistas do seu quadro de associados⁸⁸.

Em julho de 1947, chegou a ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal um projeto propondo a criação de uma Comissão de Atividades Antidemocráticas (aparentemente inspirado na Comissão de Atividades Antiamericanas existente nos EUA). No entanto, a proposta foi considerada inconstitucional⁸⁹.

A repressão aos comunistas continuou durante todo o mandato do general Dutra. Prestes, ao avaliar a repressão nesse período, afirmou que, ao fim do governo Dutra, haviam morrido 55 militantes, envolvidos nas campanhas do partido, contudo não apresenta detalhes dos acontecimentos⁹⁰. A intensidade da repressão ocorrida levou alguns autores a afirmarem que nesse momento havia uma cruzada anticomunista no país⁹¹.

Os jornais, com certa constância, noticiavam atos repressivos contra a militância comunista. Os parlamentares cassados tornaram-se alvos privilegiados da caçada anticomunista. Dentre os inúmeros exemplos podemos mencionar o caso do desaparecimento do ex-deputado José Sanches Segura, detido em Jundiá. Através de *habeas corpus* soube-se que Segura não estava preso em São Paulo. As informações sobre o paradeiro do ex-deputado eram completamente desconstruídas e por diversos dias a

87 Direção das Entidades. Examinada a questão em seus diversos aspectos, na reunião de dirigentes de sindicatos, ontem promovida pelo ministro do trabalho – os trabalhadores e as comemorações anticomunistas de amanhã. OESP, 26/11/1947, p. 16.

88 Os comunistas nos sindicatos trabalhista. OESP, 07/11/1947, p.4.

89 Inconstitucional o projeto criando a Comissão de Atividades Antidemocráticas. OESP, 02/07/1947, P. 3.

90 MORAES, Dênis de ; Viana, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p.120.

91 DAVIS, Sonny. A Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations, 1947-1977. Niwox: University Press of Colorado, 1996, p. 55.

família não conseguia uma manifestação das autoridades sobre onde ele se encontrava⁹². Em 31 de março de 1948, novamente foram detidos ex-deputados comunistas. Dessa vez, os detidos foram Nilton Caires de Brito, Mario Schemberg e Celestino dos Santos. A detenção se deu em decorrência de veicularem um manifesto denunciando a repressão política em São Paulo. Eles foram acusados de violar o artigo 1º do Decreto-Lei 8.186, de 19 de outubro de 1945, que trata da segurança nacional. A Edição do “O Popular” onde foi publicado o manifesto foi apreendida⁹³. O ex-deputado Maurício Grabois, uma das principais lideranças do PCB, foi detido juntamente com outros 60 militantes, no início de abril, sob a acusação de estar organizando uma revolta no campo⁹⁴.

O governador de São Paulo, Ademar de Barros, eleito com o apoio dos comunistas, tornou-se o seu principal alçoz. O governador empregou de truculência contra os seus ex-aliados, objetivando tornar-se conhecido como o inimigo número um dos comunistas e com isso ganhar a confiança do governo federal⁹⁵. Ao mesmo tempo, os setores anticomunistas da classe trabalhadora denunciavam a ação comunista como um perigo para o país⁹⁶.

A repressão à imprensa comunista⁹⁷

Retornando ao processo da cassação do registro do PCB, após a decisão de 7 de maio de 1947, a repressão abateu-se imediatamente sobre toda a imprensa comunista. Ainda em maio, foram fechados os jornais “Voz do Povo” (de Maceió) e “Jornal do Povo” (de João Pessoa)⁹⁸.

No dia 21 de outubro de 1947, a sede da “Tribuna Popular” foi depredada. Em discurso na Assembléia Legislativa de São Paulo, o Deputado Caio Prado Jr. protestou contra a atitude da polícia, que, avisada do ocorrido, apesar de ter a sua sede central a poucos metros do local, nada fez para evitar o empastelamento do jornal e a danificação das instalações. Jornais noticiaram diversos casos em que a polícia nada fez para impedir o empastelamento e a destruição de instalações de jornais ou mesmo facilitou a ação desses

92 Ignorado o paradeiro de um ex-deputado. OESP 06/03/48, p.3.

93 Prisão de ex-deputados e dirigentes comunistas. OESP 01/04/48, p.3.

94 Ver CT 309- AHI Pasta da Embaixada do Brasil em Washington 51-3-5.

95 Em São Paulo. OESP 6/03/48, p.3.

96 Manifesto Anti-comunista aos comerciários. OESP 24/03/48, p.18; Proclamação do Sindicato dos Comerciários à nação. OESP 31/03/48, p.2.

97 Essa parte do texto foi extraída, com pequenas alterações, do artigo “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil(1947-1953)” publicada na Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá v.6. 2002, p. 41-60.

98 SUSPENSÃO de Jornais. O Estado de S.Paulo, 15/05/1947, p. 3..

grupos que aparentemente tinham as suas raízes no próprio aparelho repressor⁹⁹. Ainda segundo o deputado, populares que tentaram conter os desordeiros foram espancados por investigadores da polícia¹⁰⁰. Em decorrência do ocorrido, os comunistas organizaram uma milícia de proteção à sede da Tribuna. No início de dezembro, a polícia invadiu a sede e prendeu mais de uma dezena de ativistas, acusados de portarem armas e de organizarem uma “guarda de choque”¹⁰¹. Na seqüência, o Jornal foi proibido de circular. Os editores colocaram em circulação outro jornal, o “Imprensa Popular”, que também teve apreendidas as suas edições de 30 e 31 de dezembro de 1947 e de 1º de janeiro de 1948. No dia 08 do mesmo mês, imediatamente após serem cassados os mandatos dos parlamentares comunistas, o Ministro da Justiça assinou uma portaria suspendendo o jornal. Quando a polícia foi cumprir a ordem, ocorreu um confronto com os trabalhadores da oficina do jornal. Houve diversos feridos e foram presas 25 pessoas. O fato repercutiu na Câmara Federal, onde uma moção repudiando a repressão policial foi assinada por Afonso Arinos, Hermes Lima, Jaci Figueiredo, Monteiro de Castro, Café Filho, Gurgel do Amaral, Nelson Carneiro e outros parlamentares¹⁰².

No dia 31 de janeiro, a edição do “Hoje” (São Paulo) foi apreendida, dessa vez sob a acusação de “haver adotado uma linguagem ofensiva às autoridades constituídas e incitar a sublevação da ordem social”. Para o “O Estado de S. Paulo”, a ação do Departamento de Ordem Política e Social mais uma vez atentou contra a liberdade de imprensa. A edição do “Hoje” foi apreendida por haver noticiado a ação perpetrada pela polícia contra essa gráfica para confiscar o folheto denominado “Zé Brasil”, de autoria de Monteiro Lobato, sob o título de “Assalto policial aos escritórios da Atualidades Ltda.”¹⁰³

No dia 03 de fevereiro, pela madrugada, novamente a sede do “Hoje” foi invadida. O delegado de polícia afirmou que houve resistência. Cerca de trinta pessoas foram detidas¹⁰⁴. No dia 15, o Ministro da Justiça suspendeu o jornal “Tribuna Popular”, por um prazo de seis meses¹⁰⁵. Em 27 do mesmo mês, o jornal “Hoje” foi novamente

99 Veja, por exemplo, A covardia não constrói. OESP, 26/10/1947, p. 3. O correio da Manhã publicou uma nota de protesto contra a ação policial. Veja SEGATTO et al, op. Cit, p.89.

100 EMPASTELAMENTO da Tribuna Popular. OESP, 23/10/1947.

101 DILIGÊNCIAS nas oficinas da “Tribuna Popular”.OESP, 02/12/1947, p. 20.

102 SUSPENSO a Imprensa Popular. OESP, 09/01/1948, p. 3.

103 ATENTADO à liberdade de imprensa. OESP, 01/02/1948.

104 ATACADA pela polícia a folha comunista “Hoje”. OESP, 04/02/1948.

105 SUSPENSA a “Tribuna Popular”. OESP, 17/02/1948, p. 3.

suspensão, igualmente por seis meses. A penalidade foi aplicada com base no artigo 4º do Decreto-Lei 431, de 1938, referente aos crimes contra a segurança nacional. O jornal mencionou também a prisão de membros do jornal e o voto do desembargador Azevedo Marques em um pedido de hábeas corpus impetrado em favor dos presos, afirmando que a referida lei colidia frontalmente com a constituição em vigor¹⁰⁶. No dia 06 de março, o “Tribuna Popular” foi novamente suspenso por quinze dias, acusado de “fazer propaganda de guerra”¹⁰⁷. Em 03 de março, o jornal “Notícias de Hoje” (sucessor do Hoje) foi suspenso por quinze dias. As edições do jornal vinham sendo desde há vários dias apreendidas por policiais, que mantinham um intenso cerco às oficinas do órgão de imprensa¹⁰⁸. No dia 04, foi apreendida a edição do “O Popular”, lançado em substituição ao “Notícias de Hoje”. Além disso, o Jornal “O Trabalho”, que circulava na cidade de Sorocaba e era impresso na mesma gráfica, também foi proibido de circular¹⁰⁹. Novamente, o “O Estado de S. Paulo” efetuou críticas contundentes ao Ministério da Justiça e à polícia, pelo desrespeito à lei e pelas atrocidades cometidas. Verifica-se pelos dados acima apresentados a violação da liberdade de informação e o emprego abusivo da força para garantir a aplicação de medidas arbitrárias de legalidade, no mínimo, duvidosa. Osório Borba, em artigo publicado no “O Estado de S. Paulo”, afirmou:

*(...) O que a polícia fez foi atacar a tiros as oficinas, arrombar as portas do prédio e, depois de dominar a desesperada resistência dos atacados e de prendê-los, espancá-los brutalmente, arrastá-los pela rua, não como seres humanos, mas como um bando de animais batidos às mãos de donos perversos (...)*¹¹⁰.

A imprensa noticiou dezenas de casos de arbitrariedades, maus-tratos e torturas a militantes detidos. O “O Estado de S. Paulo”, por exemplo, noticiou, em 24 de fevereiro de 1948, a prisão do ex-deputado comunista Gervásio Gomes de Azevedo. O ex-deputado, segundo o jornal, foi brutalmente espancado, deixado sem alimentação e submetido inclusive a torturas. O laudo dos legistas indica que o prisioneiro possuía diversas marcas de espancamento pelo corpo¹¹¹. No mesmo dia, o jornal noticiou também a prisão arbitrária de Holda Malanconi, membro da Comissão Estadual do Partido

106 OESP. 28/02/1948, p.3.

107 A SUSPENSÃO do jornal “Hoje”. OESP, 07/02/1948, p. 3.

108 SUSPENSO o Jornal Notícias de Hoje. O Estado de S.Paulo, 04/03/1948, p.3.

109 NOVO jornal impedido de circular. OESP, 05/03/1948, p. 3.

110 BORBA, Osório. O Crime na calada da noite. OESP, 05/02/1948, p. 3.

111 AS SEVÍCIAS sofridas por um ex-deputado comunista. O Estado de S.Paulo. 24/02/1948, p.3.

Socialista Brasileiro. A notícia destacou ainda que a militante da organização partidária legalmente registrada vinha sendo seguida pela polícia havia dias¹¹².

A repressão durante o governo Dutra atingiu os mais diversos setores sociais. Para Gawryszewski, Dutra haveria dado continuidade a uma estratégia de ação desenvolvida durante o Estado Novo, objetivando o controle de manifestações culturais, como, por exemplo, o carnaval. Em 1949, foi criada a União Geral das Escolas de Samba do Brasil, comandada por um major do Exército. Ainda segundo esse autor, foi exercida a censura prévia às músicas transmitidas pelo sistema de radiodifusão, através do Serviço de Censura de Diversões Públicas¹¹³.

Apesar de toda a repressão, os comunistas não se deram por vencidos. Militantes do partido, com a adesão de outras forças políticas, criaram, em 1949, o Partido Popular Progressista (PPP)¹¹⁴. Contudo o pedido de registro do novo partido foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral, baseado na interpretação de que o partido se constituía de fato em uma organização comunista¹¹⁵. Nessa época, nas hostes governistas, chegou-se a vislumbrar um projeto para cancelar os títulos eleitorais dos cidadãos filiados ao extinto PCB¹¹⁶.

O Brasil não está só: a repressão partilhada

O processo repressivo ocorrido no Brasil não foi um caso isolado. Na América Latina, os EUA, da mesma forma que, entre aproximadamente 1944 e 1946, apoiaram e estimularam a superação dos regimes autoritários, após esse período deram suporte para a conquista do poder para diversos grupos antidemocráticos. Os EUA almejavam a eliminação da influência dos partidos comunistas. Nesse mesmo sentido, apoiavam

112 PEDIDO de “Habeas Corpus” em favor de um membro do Partido Socialista. O Estado de S.Paulo. 24/02/1948, p.3.

113 GAWRYSZEWSKI, A. Panela vazia op. cit, p. 43-44.

114 Em 1947, já havia sido negada a autorização do registro do Partido Constitucionalista Brasileiro, também um sucessor do PCB.CHILCOTE, op. Cit, p.100, n.26.

115 The Foreign Service of United States of America. American Embassy. Rio de Janeiro, July 6, 1949 to Department of State. 832.00/7-649 – NARA. 1492, roll 13, fot. 0187.

116 Correio paulistano, 09/11/1948, CASSAÇÃO dos títulos dos eleitores comunistas. Seria levantado o cadastro eleitoral e far-se-ia o confronto com o fichário do extinto P.C.B., em poder da polícia. Correio Paulistano, 01/11/1948. FGV-CPDOC Arquivo Getúlio Vargas (A..G.V.) . rolo 10, fotograma 187. quadrantes 3 e 4.

também o controle do Estado sobre o movimento operário e a exclusão da União Soviética de qualquer influência no hemisfério¹¹⁷. O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade no Brasil, em 07 de maio de 1947, no Chile, em abril do mesmo ano e na Costa Rica, em julho de 1948. Os mandatos de parlamentares comunistas foram cassados no Chile, em 1947, e no Brasil em janeiro de 1948. Nesse ano, totalizaram oito os países que haviam posto os comunistas na ilegalidade. Por volta de 1956, em 14 dos vinte países da região, comunistas haviam sido excluídos do processo eleitoral e afastados do serviço público, e a sua imprensa e propaganda ou haviam sido restringidas ou postas na ilegalidade¹¹⁸. Além disso, os EUA procuraram influenciar o movimento operário latino-americano através de membros do corpo diplomático e principalmente através da American Federation of Labor. Essa assertiva é corroborada por um documento encaminhado pela embaixada brasileira, em Moscou, endereçado ao Ministro Interino das Relações Exteriores ¹¹⁹.

O Brasil e o Chile romperam relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, a Colômbia fez o mesmo em 1948, a Venezuela e Cuba em 1952 e a Guatemala, em 1954, após o golpe militar organizado pela CIA¹²⁰. A ruptura das relações, por parte do Brasil, com a URSS, foi justificada como decorrente de acusações efetuadas pela imprensa soviética ao presidente Dutra. Contudo, a análise dos documentos indica um processo mais conturbado¹²¹. Desde a abertura de relações diplomáticas entre os dois países, houve tensões no relacionamento. Os diplomatas brasileiros reclamavam da precariedade das instalações, da ausência de uma reciprocidade em relação ao tratamento que os soviéticos recebiam no Rio de Janeiro e da constante vigilância a que a embaixada estava submetida. Além disso, ocorreu um incidente quando o segundo secretário da embaixada, Soares de Pinna, foi detido no hotel onde funcionava provisoriamente a representação brasileira, acusado de embriaguez e arruaça, na noite de 26 de dezembro de 1946. A embaixada brasileira protestou, pois o diplomata chegou a ser amarrado pelas autoridades soviéticas. Não bastasse isso, os soviéticos exigiram que o Brasil pagasse os danos materiais supostamente provocados por Pina. Por seu lado, a embaixada brasileira afirmava que a

117 SMITH, Peter H. *Talons of Eagle. Dynamics of U.S. Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 131.

118 SMITH, P. *op. cit.*, p. 132.

119 AHI, 35/4/14. Embaixada do Brasil. Moscou, 02/09/1946. Veja também WELCH, Cliff. *Labor Internacionalism: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965*

120 SMITH, Peter H. *op. cit.*, p. 131-139.

121 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento Político e Cultural. Divisão política. *Documentos – Ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1947. Veja também outros documentos diplomáticos contidos nas correspondências enviadas pela embaixada brasileira em Moscou para o Itamaraty. AHI, Pastas 34/4/14 a 34/4/17.

confusão haveria sido planejada por agentes da polícia soviética, que o hotel funcionava como uma espécie de repartição da KGB e que fora utilizada violência contra o secretário. Os soviéticos exigiram a imediata saída de Soares de Pinna do país¹²².

Esses fatos aumentaram a animosidade já existente entre os países, uma vez que a imprensa deu farta cobertura ao caso. Posteriormente, o fechamento do PCB e a repressão aos comunistas no Brasil contribuíram para piorar as relações. Contudo, deve-se observar que o pragmatismo adotado pela União Soviética nas relações com outros países, incluindo os EUA e a Grã Bretanha, não corrobora a tese de vincular a repressão ao comunismo no Brasil e as relações entre os dois países. Outro fator a ser considerado foi a posição soviética contrária à incorporação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Creditar a ruptura de relações aos ataques da imprensa soviética ao presidente do Brasil é ater-se à aparência do fenômeno. Deve-se considerar que, se é verdade (e é) que a imprensa soviética se referiu ao presidente do Brasil de forma grosseira, também é fato que muitas autoridades brasileiras se referiam ao governo soviético em termos similares. Isto posto, pode-se concluir que a ruptura de relações com a União Soviética, por parte do governo brasileiro, está vinculada aos embates ocorridos no contexto da Guerra Fria.

Pelo exposto, é possível verificar a relação entre a repressão política ocorrida no Brasil, durante o período estudado, e as estratégias vinculadas à Guerra Fria desenvolvidas pelos EUA e seus aliados. Sumariamente, é possível afirmar que durante o Governo Dutra o país experimentou um grande retrocesso no processo de abertura política iniciado no final da ditadura Vargas. É possível ainda detectar a gênese de uma cruzada anticomunista que possuía tanto raízes endógenas quanto exógenas. Conclui-se ainda que o alinhamento incondicional do país aos Estados Unidos reduziu a sua capacidade de negociação, o que significou o fim da expectativa de receber um tratamento preferencial e a conquista do *status* de potência regional. Durante o segundo governo Vargas, houve tentativas de equacionar essas tensões, buscando uma linha de ação intermediária, em que se mantinha a aliança com os EUA em bases renegociadas, exigindo o apoio estadunidense ao desenvolvimento econômico do país. Isso é tema para outro texto.

122 AHI- 35-4-16. EMBAIXADA DO BRASIL. Moscou. DP/DP./3. Arquivo correspondência especial. Telegrama-embaixada. 04 a 06/01/1947. Confidencial. Secretário Soares de Pinna (sete telegramas); Dco/Dpo/12. Arquivo da correspondência especial. Telegrama- Embaixada. 24/01/1947. Confidencial. Violação de correspondência.